

Comissão Arinos propõe ampliar discriminações passíveis de pena

As discriminações de raça, sexo, trabalho, credo religioso e convicções políticas, passíveis de punição pela atual Constituição, a Comissão Afonso Arinos acrescentou ontem a sugestão para que na próxima Constituição sejam punidas também as discriminações de nascimento, trabalho urbano ou rural e deficiência física e mental.

A idéia partiu do conselheiro Hélio Santos, professor e único negro dos 51 membros da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, que ontem completou seu quarto dia consecutivo de reuniões em Itaipava, distrito de Petrópolis, no esforço concentrado para a redação final do projeto de Constituição a ser entregue ao Presidente José Sarney.

Embora tenha obtido todo o aplauso do jurista Afonso Arinos, autor da lei contra a discriminação racial no Brasil, a sugestão do professor Hélio Santos teve de enfrentar a oposição dos conselheiros Miguel Reale, Cláudio Pacheco e Rosah Russomano, os quais consideravam inútil um acréscimo ao artigo que diz que "todos são iguais perante a lei", argumentando que qualquer acréscimo no caso é redundante. O conselheiro Odilon Ribeiro Coutinho também defendeu a posição desses três.

Mas Hélio Santos teve a defendê-lo, por exemplo, o conselheiro Clóvis Ferro Costa, assessor do Ministério da Justiça, para quem há um evidente desajuste entre o trabalhador da cidade e o trabalhador do campo, pois este não tem direito à mesma remuneração nem aposentadoria do que aquele.

Sérgio Quintela, um dos representantes do empresariado na Comissão, ressaltou que nem sempre a discriminação no trabalho é crime:

— Nas relações de trabalho às vezes é preciso distinguir idade e sexo para preencher determinada função e isso não pode ser considerado uma discriminação ilegítima.

Segundo o conselheiro Sepúlveda Pertence, Procurador-Geral da República, o problema da discriminação não se resolverá apenas com a incriminação: são necessários programas de integração social. A conselheira Flórisa Verucci acrescentou que devem ser criadas comissões de investigação para defender os direitos das pessoas discriminadas. E aproveitou para lembrar uma discriminação clássica:

— Se a Constituição diz que todos são iguais perante a lei, o Código Civil está discriminando ao dar a chefia da família ao marido.

A Comissão aprovou ainda artigo do conselheiro Mário Martins pelo qual o preso terá direito de só ser inquirido ante seu advogado, não um "advogado de prisão". Interrogatório noturno também só em presença do advogado do preso e a qualquer hora os interrogadores terão de se identificar, "para acabar com os interrogatórios de torturadores de capuz", disse Martins.

Crime de imprensa deve ir para júri popular

"Uma antiga reivindicação dos jornalistas brasileiros", segundo o conselheiro que a apresentou, Mário Martins, foi acolhida ontem sem dificuldade pela Comissão Afonso Arinos: os crimes de imprensa julgados pelo tribunal do júri. De autoria do Presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, foi apresentada por Mário Martins a pedido do próprio autor, que tem estado ausente das reuniões de Itaipava. Trata-se de condensação de proposta elaborada pelo jurista Clóvis Ramalhete sob encomenda da ABI.

— O jornalista exerce uma profissão em que o maior direito não é o de expressar seu pensamento, mas o de permitir que o cidadão comum se mantenha informado. Por excesso de zelo ou pelo anseio de antecipar informações, os profissionais de imprensa podem perder a serenidade. Mas eventuais prejuízos causados em tais circunstâncias devem ser julgados pelo povo, através do corpo de jurados, e não pelo juiz singular — explicou Mário Martins, veterano jornalista e político.

Após mais de duas horas de discussão, a Comissão aprovou, no fim da noite, proposta dos conselheiros José Alberto As-

sunção e Sepúlveda Pertence que obriga a União e os Estados a manterem quadros próprios de defensores públicos concursados e organizados em carreira. Presente, o defensor público Helvécio Ribeiro Guimarães afirmou que o pobre é que ganhará, se a proposta também for aprovada pela futura Constituinte, porque, "se o Estado tem

gurar o pleno exercício da cidadania e proteger o cidadão contra omissão ou abuso de autoridade. Como a discussão se prolongasse, Padre Fernando Bastos de Ávila, que presidia a Comissão, vendo muitos conselheiros a favor e muitos contra essa inovação, transferiu para a próxima reunião (hoje cedo) as discussões.

Discussão sobre a figura do defensor do povo foi bem agitada e acabou adiada para hoje

quem acuse (a promotoria), eticamente está obrigado também a dar condições eficazes de defesa aos necessitados". Pela proposta, os defensores só serão substituídos por advogados contratados se o quadro do Estado for insuficiente.

No fim da noite entrou em discussão também proposta segundo a qual deve ser introduzida no Brasil a figura do "defensor do povo" (qualquer coisa como o ombudsman sueco), para asse-

Reunida em Itaipava desde segunda-feira, a Comissão contou ontem pela primeira vez na atual etapa com a presença do romancista Jorge Amado, recebido com aplausos pelo plenário em função da criação da Fundação Jorge Amado e da homenagem que recebeu em Brasília. Atendendo a vários conselheiros que têm compromissos profissionais ou familiares em suas cidades, as atividades de plenário estarão suspensas a partir do meio-dia de hoje e até as 9h de terça-feira. Serão retomadas então as questões "Federação e organização tributária", "Poder Legislativo e organização partidária", "Poder Executivo", "Poder Judiciário" e "Ministério Público", o que falta para elaboração do texto final. Alguns conselheiros ficam em Itaipava examinando textos.

Mauro Salles considera importante conter o abuso do poder econômico

O abuso do poder econômico na propaganda eleitoral deve ser amplamente combatido para que a concorrência entre os grandes e pequenos partidos seja democrática. A opinião é do Consultor da Salles Interamericana de Publicidade, Mauro Salles, para quem o brilho e a importância das eleições para a Constituinte estão ofuscados pelas demais votações para vereador, deputado, governador e senador.



Mauro Salles

Em palestra ontem — "Perspectivas da Propaganda no Brasil da Constituinte — na Associação Comercial, Mauro Salles disse que a

população não está suficientemente esclarecida sobre o que deve mudar na Constituição, "o que é falha deles (políticos) e também nossa (publicitários)".

— Os eleitos para refazerem a nova Constituição terão poderes para mexer até em atos jurídicos acabados. Isso é muito sério. A população deve entender a importância que tem o seu voto.

Para Mauro Salles, a propaganda, sem dúvida, terá que dar apoio aos candidatos na "bolsão" de campanhas, na angariação de recursos e na elaboração de pesquisas.

O trabalho maior da propaganda, segundo ele, será conhecer o novo consumidor pós-Plano Cruzado. "Afinal, os publicitários não estão acostumados a conviver em regime de estabilidade de preços e com o reacquecimento da economia nos novos índices" — encerrou.

Sobral: Depende tudo das pessoas

CURITIBA — "Eu não confio em Constituinte, confio nos homens. Não adianta ter uma Constituição perfeita se os homens que vão aplicá-la não são perfeitos. Precisamos mudar não apenas as leis, mas procurar melhorar os homens no Brasil", disse ontem o jurista Sobral Pinto, que participou nesta capital do encerramento do I Encontro de Entidades de Defesa do Consumidor do Paraná.

Alegando que "minha vida com os políticos me ensinou a não dar palpites", o jurista não quis comentar como seria a eleição de uma Constituinte democrática, livre e soberana. Mas fez críticas às correntes que defendem a incorporação de dispositivos das Constituições da Espanha e Portugal à nova Carta brasileira.